

PINGA-FOGO

■ **NEGADO, NOVAMENTE** - Pela sexta vez, a Justiça negou um pedido da sino-indonésia Paper Excellence para revogar decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que proíbem a transferência da empresa brasileira Eldorado Brasil Celulose para a estrangeira.

■ A decisão reitera a necessidade de autorização do Inbra e do Congresso Nacional para a compra e o arrendamento de terras por empresas estrangeiras, mesmo que indiretamente, por meio da aquisição de empresas brasileiras. A Eldorado possui e arrenda uma área de 450 mil hectares, o equivalente a três municípios de São Paulo.

■ **Em um conflito de competência suscitado pela Paper Excellence, o STJ considerou que a 1ª Vara Federal de Três Lagoas era competente para julgar uma ação popular iniciada em Chapecó (RS), jurisdição do TRF-4, que deu origem às decisões daquele tribunal. A vara de Três Lagoas já era responsável por uma ação civil pública na qual Ministério Público Federal pede que o contrato de venda da Eldorado seja declarado nulo, por desrespeitar a legislação de terras. Com a definição do juízo de Três Lagoas, onde fica a Eldorado, a Paper Excellence pediu a reconsideração das liminares concedidas pelo TRF-4, que impediu a conclusão do negócio.**

■ Esta foi a sexta vez que a Paper Excellence teve o mesmo pedido negado. O próprio juiz da 1ª Vara Federal de Três Lagoas, Roberto Polini, já havia rejeitado o pedido anteriormente, quando sua competência sobre a ação popular ainda era provisória. O TRF-3 negou um recurso da estrangeira contra aquela decisão. Antes disso, o próprio TRF-4, o STF e o STJ também já haviam confirmado a validade das decisões do TRF-4.

■ **O TRF-4 suspendeu o direito de a empresa estrangeira de influenciar nos atos de gestão da Eldorado para além do previsto em lei e uma arbitragem em curso na Câmara de Comércio Internacional (CCI). A corte entendeu que a CCI não pode contrariar as decisões proferidas pelo judiciário brasileiro.**

■ “Da leitura dos acórdãos, e em análise perfunctória da demanda, tenho por acertadamente fundamentadas as aludidas decisões, do que se impõe sua ratificação. Tal medida também visa consagrar o princípio da segurança jurídica, evitando-se sucessivas alterações no provimento antecipatório sem que ocorra a cognição exauriente”, escreveu o juiz Polini.

■ **56 ANOS DE HISTÓRIA** - A Base Aérea de Brasília será palco, nesta segunda-feira (12), às 10h45, da cerimônia militar em comemoração aos 56 anos do tradicional Esquadrão Guará – o Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo (6º ETA). O evento, marcado para o Hangar da unidade, será conduzido pelo Comandante da Base, Coronel Aviador Nicolas Silva Mendes, ao lado do Comandante do 6º ETA, Coronel Aviador Daniel Rodrigues Oliveira, reunindo autoridades militares e convidados civis em clima de prestígio e tradição.

■ O primeiro comandante do 6º ETA foi o inesquecível major aviador Célio Seda, um dos heróis da FAB, falecido pouco depois da fundação, em um acidente de Catalina na Amazônia, no qual salvou todos passageiros e foi a única vítima fatal. O filho do fundador, o comandante Célio Seda Filho, estará presente na cerimônia desta segunda.

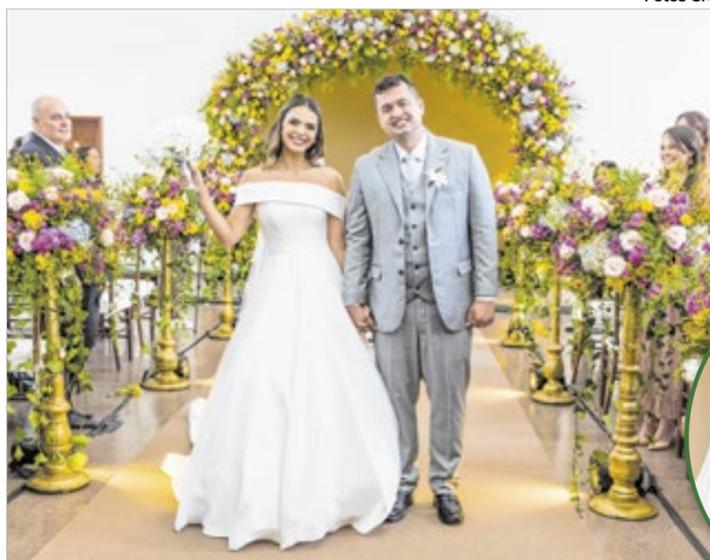


MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Fotos CM



Cerimônia aconteceu no último sábado na Igreja Presbiteriana da Mantiqueira, em Xerém



Amigo do casal, o senador Flávio Bolsonaro esteve prestigiando a celebração



O casal Netinho Reis e Júlia Moraes, com Luciana Coutinho e Rosenverg Reis, deputado estadual



O secretário de Estado de Transportes, Washington Reis com sua esposa Daniele, ao lado do sobrinho Netinho e a noiva Júlia



Os noivos Netinho e Júlia com o tio e vereador Júnior Reis, sua esposa Bárbara Lopes e filha Juliana



Netinho Reis e Júlia com a vice-prefeita de Caxias, Aline; o deputado Áureo Ribeiro e a filha do casal, Alice



Ana Lúcia e o vereador Claudio Thomaz, presidente da Câmara de Duque de Caxias, com os noivos

Dia das Mães no TJRJ 2025: decisões que transformam lares e corações

A maternidade nem sempre começa na gestação ou segue roteiros previstos. No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), cada processo de adoção, guarda ou reconciliação familiar pode reinventar essa história — sobretudo quando o olhar do Judiciário se alia à escuta atenta de magistrados, servidores, assistentes sociais e psicólogos. Às vésperas do Dia das Mães, decisões recentes ilustram como a Justiça atua para que o amor floresça mesmo após anos de espera, desafios de saúde ou rupturas dolorosas. Uma delas é sobre a chegada da Alice.

A engenheira civil Adriana Furtado, 49 anos, descobriu a infertilidade e, no meio de um tratamento de, recebeu também o diagnóstico de câncer de mama, em 2016. Nos anos seguintes encarou cirurgia, retirada de 1/4 da mama, tratamentos com radioterapia e hormonioterapia e a perda da própria



O casal Adriana Furtado e Alexandre Ferreira com a filha Alice que completou um ano de idade na sexta-feira (9 de maio)

mãe. Quando a médica sugeriu a adoção, Adriana e o marido, Alexandre Ferreira Moura, encontraram um novo caminho.

Durante dois anos de preparação — palestras no TJ, entrevistas com psicólogas

e assistentes sociais das 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude da Capital — o casal amadureceu o projeto de parentalidade. Em 9 de junho de 2024, nasceu Alice, entregue provisoriamente a uma família acolhedora. Fotos enviadas pelo serviço social alimentavam o coração dos futuros pais até que, em setembro, uma ligação mudou tudo:

“A assistente social disse: ‘Podem vir buscá-la hoje’. Naquele instante, o mundo ganhou cor de novo”, relata Adriana.

A sentença favorável da juíza Cláudia Leonor Gomes Bobsin consolidou a adoção. A magistrada, mãe de quatro filhos, avalia:

“Histórias como a de Adriana provam que adoção é amor escolhido. Não há presente de Dia das Mães mais potente do que possibilitar essa união.”

Hoje Alice comemora um ano de vida e já frequenta a creche. Ao chegar do trabalho, Adriana é recebida por braços que mal conseguem abraçar tanto quanto o sorriso consegue acolher.



PRODERJ

O PRODERJ, autarquia vinculada à Secretaria de Transformação Digital, tem um novo presidente. Lucio Camilo, servidor de carreira do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), assume o cargo com perfil técnico, ampla experiência em cargos de liderança e diversos livros publicados sobre tecnologia e governo digital. Antes da nomeação, ocupava a vice-presidência de Tecnologia do órgão de TIC do Estado.

Sérgio Cabral*

Políticas públicas identitárias

Tenho ouvido de muitos jornalistas, profissionais de pesquisa de opinião pública, gente da academia e políticos, que há uma insatisfação no ar com as políticas identitárias do governo Lula.

Discordo frontalmente!!

Governo que não tem coragem de reconhecer as injustiças históricas e permanentes com segmentos da nossa população é governo que não olha para todos.

A questão do racismo, por exemplo. Como não enfrentá-la? Como não reconhecer que o Brasil é um país com a mentalidade racista incrustada em nossa sociedade?

Pessoas negras quando frequentam ambientes da classe média alta e da elite sentem os olhares críticos e curiosos por alterar o visual do ambiente, acostuma-

das apenas com pessoas brancas. Quando não são destratadas de maneira implícita ou explícita.

Pessoas homossexuais e trans são vítimas de preconceito e, muitas vezes, sofrem agressões físicas de psicopatas agressivos e, muitas vezes, mal resolvidos com a sua própria sexualidade (vejam o filme Beleza Americana).

Indígenas são tratados como seres de segunda classe e esmagados em suas aldeias por vigaristas que tentam explorar suas terras, por achar que eles não têm direito a áreas protegidas onde podem cultivar, cultivar e florescer seus hábitos e forma de viver.

Para enfrentar essa parte da sociedade, segregadora e preconceituosa, só há uma forma: políticas públicas afirmativas.

Meus dois mandatos de governador deram luz a essas questões. Enfrentamos políticos atrasados e preconceituosos. Muitas vezes essa turma vaticinava que eu teria desgastes políticos. Que, por exemplo, os cristãos mais conservadores não votariam em mim.

Nada disso! Ganhei minhas eleições para deputado, senador e governador com políticas afirmativas e inéditas no Brasil. Como a inovação das cotas raciais nas universidades estaduais, as primeiras cotas raciais em concurso público, o programa Rio Sem Homofobia, e o apoio aos quilombos e às poucas tribos indígenas em nosso estado, com a regularização fundiária e apoio material.

Estou lendo o livro “Castas, As Origens de Nosso Mal-Estar”, de Isabel Wilkerson,

vencedora do prestigiado prêmio Pulitzer. Ali você compreende a construção da sociedade apartada norte-americana. Se você, além de ler esse livro, se debruçar na trilogia “Escravidão” do jornalista e historiador Laurentino Gomes, sairá melhor e mais bem informado sobre as barbáries ao povo preto, cometidas nas Américas.

Por que invocar a moralidade e o tema família para julgar e condenar homossexuais, trans, etc? O que tem a ver a opção sexual da pessoa, como ela vive e os valores da família? Como definir o que é uma família? Quem tem essa autoridade? Ninguém!!!

Esses temas têm contaminado a luta pelo poder. De maneira distorcida e covarde. Mas sou otimista e acredito que o Brasil avance nesses e outros temas tão

importantes como a barbárie, infelizmente ainda cotidiana, contra as mulheres. Todo dia em todos os cantos do país, há casos de covardia e brutalidade de homens covardes e cruéis que batem em suas companheiras, as inibem e as constroem caso não estejam de acordo com seus desejos de padrão de comportamento. Tenho muito orgulho de ter sido o governador que mais abriu delegacias das mulheres no estado do Rio de Janeiro.

Enfim, políticas identitárias não são incompatíveis com as demais políticas públicas do governo brasileiro. Ao contrário! Elas são complementares e fazem o país se tornar mais próspero, solidário e humano.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho